

PNLD E AS ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

NLD Y LA ELECCIÓN DE LOS LIBROS DE TEXTO DE HISTORIA

Recebido em: 14/08/2023

Aceito em: 23/09/2023

Emerson Ricardo Esteves da Fonseca 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

Adriana Duarte Leon 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

Resumo: Este artigo apresenta parte das discussões contidas na dissertação: “Livros Didáticos de História e o Gênero Feminino: encontrando protagonismos em uma história não contada”. A mencionada pesquisa, trata das representações do gênero feminino, presentes nos livros didáticos de história. A gênese da pesquisa, está alocada na participação do pesquisador em um projeto sobre representações do gênero nos livros didáticos, e ampliou-se no decorrer de seus estudos. Este artigo versa sobre o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) e seus desdobramentos, analisando a importância dos livros didáticos e sua contribuição na reprodução de um contexto de exclusão social no sistema vigente. Destaca-se na presente reflexão a possibilidade a atuação dos movimentos sociais, principalmente os feministas, na luta pela valorização e a inclusão da história das mulheres nos livros didáticos.

Palavras-chave: Educação; Ensino de História; Gênero feminino; Livro didático.

RESUMEN: Este artículo presenta parte de las discusiones contenidas en la disertación: “Libros de texto de historia y género femenino: encontrando protagonismos en una historia no contada”. La investigación antes mencionada trata sobre las representaciones del género femenino, presentes en los libros de texto de historia. La génesis de la investigación se ubica en la participación de la investigadora en un proyecto sobre las representaciones de género en los libros de texto, y fue ampliada en el transcurso de sus estudios. Este artículo trata sobre el Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD) y sus desarrollos, analizando la importancia de los libros de texto y su contribución a la reproducción de un contexto de exclusión social en el sistema actual. Esta reflexión destaca la posibilidad de los movimientos sociales, especialmente feministas, en la lucha por la valorización e inclusión de la historia de las mujeres en los libros de texto.

Palabras llave: Educación; Enseñanza de la Historia; Género femenino; Libro de texto.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão apresenta parte das discussões contidas na dissertação: “Livros Didáticos de História e o Gênero Feminino: encontrando protagonismos em uma história não contada”. A mencionada pesquisa, trata das representações do gênero feminino, presente nos livros didáticos de história, utilizados no 6º ano do ensino fundamental em uma escola do município de Pelotas, Rio Grande do Sul. A escola em questão é o local de atuação do pesquisador como professor de nível II¹.

¹ Professor da educação básica II é responsável pelas séries finais (6º ao 9º ano), consolidando o trabalho realizado nas séries iniciais (1º ao 5º ano).

A gênese da pesquisa, está alocada na participação do pesquisador em um projeto sobre representações do gênero nos livros didáticos, e ampliou-se em seu trabalho de conclusão de curso na Licenciatura em História. A ampliação da pesquisa, ocorre em paralelo ao ingresso do autor na docência, o que contribuiu para estabelecer um olhar específico em relação à postura dos/as estudantes em sala de aula. As representações do gênero, produzidas e reproduzidas nos espaços escolares, por vezes geram situações de exclusão, intrigando e sensibilizando o olhar do professor pesquisador para esse tema e trazendo novos questionamentos a uma problemática já conhecida pelo mesmo.

Este artigo versa sobre o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), explorando a utilização desses materiais didáticos como recursos para o desenvolvimento das atividades docentes, auxiliando no atendimento dos/as alunos/as do ensino fundamental. Neste trabalho realiza-se uma reflexão sobre a escolha e a distribuição dos livros didáticos, buscando compreender os critérios e os procedimentos empregados até a chegada dos materiais as escolas. Este texto também busca entender sobre funcionamento dos espaços dedicados à promoção da leitura, as bibliotecas, e sobre a existência de um profissional, com a devida formação, para o trabalho de organização do acervo, cadastro e atendimento aos estudantes.

Esta reflexão analisa a escolha, por parte dos professores, dos livros didáticos a serem utilizados, durante o ano, questionando a situação das mulheres neste recurso didático, que são constantemente vítimas diretas da discriminação de gênero, pois sempre aparecem numa posição ligada a atividades inferiores ou menos valorizadas que as atribuições desenvolvidas pelos homens. Neste contexto, o livro didático representa um influente agente que motiva as práticas que mantêm o sistema vigente, baseado nos interesses de quem o manipula Maciel (2013, p. 38). Rambaldi e Probst (2017) destacam a historiografia eurocêntrica como aquela que exalta o masculino, excluindo a presença feminina da história, tolhido as mulheres de conquistar espaços que deveriam lhes pertencer por direito.

Este trabalho compreende que diversos grupos aparecem pouco na historiografia e são denominados aqui de, sob inspiração de Le Goff (2005), como os/as esquecidos/as da história, aqueles/as que não têm voz ou que foram abafadas pelo poder dominante, corroborando com as ideias de Felizardo (2018) que analisa a inclusão daqueles/as que estão à margem da história e que foram beneficiados/as pela oportuna ação dos movimentos sociais. Diante do exposto, este artigo busca trazer algumas reflexões que contribuam para considerar a influência que os

materiais didáticos exercem no trabalho docente, sua construção eurocentrista e a exclusão dos sujeitos.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos possuem papel fundamental nas escolas e na vida cotidiana dos/as professores/as. Os materiais didáticos são uma importante ferramenta para as atividades docentes, já que contribuem para o enriquecimento das aulas. Esses materiais não só possuem conteúdos didáticos, imagens e textos, mas também apresentam sugestões de atividades, contribuindo para melhorar o trabalho em sala de aula.

O Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), abrange o atendimento aos/as alunos/as do ensino fundamental e médio. Para Britto (2011), possui uma longa trajetória, sendo aperfeiçoado em 1990; está presente no contexto brasileiro desde o início do século XX, contudo foi, oficialmente, criado em 1985, período que marca o fim da ditadura militar:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, é herdeiro de uma longa trajetória de políticas públicas que se iniciou em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro. Em meados dos anos 1990, o programa foi substancialmente aperfeiçoado, com a universalização do atendimento para os alunos do ensino fundamental regular em escolas públicas e a introdução da avaliação pedagógica para assegurar a qualidade do material adquirido (BRITTO, 2011, p. 5).

Consoante a Britto (2011), a aquisição e distribuição de livros didáticos seguem determinados critérios, e seus conteúdos são específicos de acordo com cada adiantamento. Um dos critérios destacados por Britto (2011) está relacionado às expressões consumíveis e reutilizáveis, impressas na capa dos livros didáticos:

Os livros consumíveis são aqueles entregues aos beneficiários sem necessidade de devolução ao final do ano letivo. Os reutilizáveis devem ser devolvidos pelos alunos ao final do ano e são conservados em uso por um período de três anos. Os acervos não são de uso individual: constituem material permanente das escolas (BRITTO, 2011, p. 7).

Em relação aos valores monetários destinados ao financiamento do PNLD, convém destacar dentro do contexto para aquisição dos materiais didáticos, as ideias presentes nos escritos de Britto (2011), que esclarece a origem desses recursos:

O PNLD, o PNLEM, e o PNLD EJA são executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da

Educação (MEC). Os recursos que os sustentam provêm, em sua maioria, da cota federal da arrecadação do salário-educação (BRITTO, 2011, p. 5).

Neste prisma, é importante identificar como acontece o programa do livro didático. Segundo Britto (2011, p. 7 - 8) os procedimentos empregados até a chegada dos materiais nas escolas se dão em diversas etapas. O programa relacionado ao livro didático tem início com a publicação do edital, contendo os critérios para a inscrição das obras por parte das editoras. Por conseguinte, é feita a triagem dos materiais pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado, em que são verificadas a parte técnica e física conforme os critérios do edital. Na sequência, acontece uma avaliação pedagógica, por meio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), que inclui as obras aprovadas no Guia do Livro Didático e distribui para as escolas do Brasil. O passo seguinte é a escolha dos livros utilizando os Guias recebidos, em que cada escola encaminhará o pedido ao FNDE, pela internet ou correios, contendo a duas opções de livros. Realizados os pedidos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) adquire, com as editoras, sem exigência de licitação, as obras com base na primeira opção dos/as professores/as das escolas. Ao adquirir os exemplares, o FNDE firma contrato com a editora, utilizando, como base, para quantificar a compra dos livros, a quantidade de alunos e alunas, considerando o último Censo Escolar realizado. Conforme regulamento, a aquisição da segunda opção de livro só acontecerá caso o FNDE não consiga firmar acordo com a editora em relação ao preço (princípio da economicidade) do exemplar. No caso de impasse, o FNDE pode adquirir a segunda obra escolhida ou a obra mais escolhida na região da escola. Em relação à distribuição dos livros, esta é feita pelas editoras por meio de contrato expresso entre o FNDE e a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), com previsão de entrega entre outubro e março que é o início do ano letivo.

Abordo a seguir, de maneira resumida, algumas questões gerais sobre o PNLD, com destaque para sua importância, seus objetivos, seus critérios de aquisição e conteúdo, com a intenção de explicitar o funcionamento da política pública educacional.

A ESCOLA E O LIVRO DIDÁTICO

As escolas, de modo geral, possuem espaços dedicados à promoção da leitura, buscando incentivar os/as discentes para as práticas de utilização e de manuseio de materiais escritos, estrategicamente, esses espaços objetivam cultivar hábitos básicos de leitura e estimular determinadas posturas, nos grupos, dentro do ambiente escolar.

Os espaços de leitura, nas escolas, são as bibliotecas; todas as escolas possuem ou deveriam possuir um lugar com estrutura adequada onde ficam catalogados livros e materiais para leituras e pesquisas presenciais. De forma geral, as bibliotecas também realizam empréstimos de livros para os/as estudantes.

As bibliotecas das escolas, geralmente, não contam com a presença do/a bibliotecário/a² - profissional, com a devida formação, para o trabalho de organização do acervo, cadastro e atendimento dos/as alunos/as. Esses espaços contam com a presença de um/a professor/a responsável, que, por vezes, pode realizar o trabalho do/a bibliotecário/a, caso a escola não tenha à disposição um/a profissional habilitado/a. Nelas, também existe amplo espaço destinado aos materiais didáticos.

A escolha dos livros didáticos a serem utilizados, durante o ano, dá-se por meio de reuniões entre docentes na escola a fim de discutir o conteúdo dos materiais. Na prática, a escolha dos livros didáticos pode acontecer diretamente pela coordenação da escola ou pelo professor que atua na biblioteca, devido ao pouco tempo que os outros professores possuem para analisar os materiais e realizar reuniões com os pares.

O cotidiano na escola é muito dinâmico. Os/as professores/as necessitam estar atentos/as à movimentação das salas de aula, zelando pelo ritmo das atividades nas turmas, por conseguinte, sobra pouco tempo para reuniões, para a organização dos conteúdos e, até mesmo, para a escolha dos livros didáticos.

O livro didático apresenta uma construção do gênero que precisa ser problematizada. As mulheres constantemente são vítimas diretas dessa configuração, pois aparecem numa posição ligada aos serviços domésticos, limitando e engessando a visão do gênero feminino, não contribuindo para a construção de um contexto de igualdade entre as pessoas. Essa visão limitadora, nos livros didáticos, é analisada por Marques (2016) da seguinte forma:

É comum também nos textos didáticos a mulher, quando trabalha fora, aparecer na figura da empregada doméstica. Neste caso, comumente é considerada quase um membro da família, caracterizando uma atitude paternalista. É a pessoa que faz todo o trabalho doméstico e que, por permanecer na casa durante muitos anos, sendo honesta e eficiente, terá direito ao afeto da família a quem sempre serviu. Todos os textos, que falam das empregadas, citam-nas como sendo negras contadoras de muitas estórias (MARQUES, 2006, p. 214).

² Nem sempre os/as profissionais possuem curso de bibliotecário/a para atuarem na biblioteca de uma escola.

De acordo com Maciel (2013, p. 38), o livro didático representa um influente agente motivador de práticas que mantêm o sistema vigente, conservando os interesses de quem o manipula. A influência que o material didático oferece contém interesses e características ideológicas evidentes que marcam a historiografia. Silva (2014) explicita alguns dos interesses que estão presentes na política do livro didático no Brasil:

É preciso reforçar, também, que o livro didático não é neutro, desprovido de interesses, sejam eles ideológicos, ou mercadológicos, e estão marcados pela autoria e pelo seu momento histórico. Nesse sentido, há uma tradição de silenciamento dos conflitos e resistências de mulheres, negros, indígenas, e outros, ressaltando-se, ora um viés político androcêntrico, ora uma leitura economicista da História (SILVA, 2014, p. 263).

Conforme Rambaldi e Probst (2017), a historiografia eurocêntrica, de forma geral, exalta o masculino, dando evidência as suas realizações, excluindo o feminino. Com a Escola de Annales³, meados do século XX, surge uma nova perspectiva sobre uma historiografia dos “comuns”, o que abre caminho para a história das mulheres. Essa perspectiva muda o cenário que antes era de exclusão, como exposto no trecho seguinte:

Ao longo dos anos, na historiografia tradicional, ou seja, a História que enfatiza os grandes homens e seus feitos, as mulheres foram, em sua grande maioria, excluídas. Destaca-se que isso não se refere apenas à história do Brasil, mas, basicamente a toda historiográfica de perspectiva eurocêntrica. Somente com a Escola de Annales, mais propriamente com a perspectiva conhecida Nova História é que se tem a possibilidade de trazer para a historiografia os aspectos do cotidiano, das pessoas “comuns” (e não apenas dos “heróis”), e, com isso, abre-se espaço para a história das mulheres. Parte-se do pressuposto história das mulheres precisa ir ganhando as ruas, como bem salientou Perrot (2012) (RAMBALDI; PROBST, 2017, p. 126).

Nesse sentido, a presença feminina, na história, foi se tornando mais nítida; as mulheres que sempre estiveram presentes no espaço público, começam a aparecer em primeiro plano, diversas obras com foco na história das mulheres foram publicadas nas últimas décadas e são consequência dessa abordagem que busca romper com a história dos heróis. Numerosas, as mulheres, representam grande parte da população, e suas reivindicações ecoam na voz das feministas que propagam os ideais de uma sociedade igualitária, cujos espaços não pertencem apenas a determinados grupos, mas a todas as pessoas, como demonstra Rezende (2018, p. 52):

³ Não estamos longe da definição de Lucien Febvre, um especialista no século XVI, o qual, junto com Marc Bloch, fundou, nos idos de 1929, a prestigiosa escola dos Annales, que teria papel fundamental na constituição de um novo modelo de historiografia. (BLOCH, 2002, p. 7)

As demandas femininas foram ainda ampliadas, fragmentadas e reiteradas nas produções feministas em todo o mundo, ganhando espaço na Academia, e nas reflexões dialógicas de cunho intelectual em várias áreas, como saúde, educação, história, antropologia, literatura, ciências sociais como um todo, de forma multifacetada.

Diversos grupos compõem os/as esquecidos/as da história, como destaca Le Goff (2005), aqueles/as que não têm voz ou que foram abafadas pelos poderosos. As vozes detentoras do poder contam sua história, sem oportunizar aos demais espaço para suas manifestações conforme o autor explicita:

Os historiadores da marginalidade começaram preenchendo as lacunas da história tradicional, trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas. De saída, coloca-se aqui o problema dos documentos utilizáveis ou privilegiados. Cada vez que a história se orienta para novos “territórios”, ressurgem a mesma questão: existem documentos específicos que permitam responder às novas problemáticas? No caso presente, a pergunta é mais árdua ainda: como ouvir a voz dos marginais do passado, quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar (LE GOFF, 2005, pp. 383 - 384)

Segundo Felizardo (2018), a inclusão daqueles atores à margem da história, que podem ter sido beneficiados/as pela oportuna ação dos movimentos sociais, influenciam positivamente os seus pares e se tornam exemplos positivos na luta por igualdade e cidadania, conforme destaca abaixo:

A introdução dos sujeitos antes excluídos da História é consequência da atuação política dos mesmos nos movimentos sociais, sejam eles desencadeados pelas feministas, por grupos gays, pelas questões de raça e muito mais. Acreditamos, assim, que as mudanças realizadas nas estruturas acadêmicas são reflexos de ações exteriores, de atuações políticas em busca de igualdade e de cidadania. No Brasil, por exemplo, os movimentos feministas entram em cena a partir da década de 1970 (FELIZARDO, 2018, p. 25).

Diante do exposto, é significativo considerar a influência que os materiais didáticos exercem no trabalho docente, sua construção eurocentrista e a exclusão dos sujeitos amplia as diferenças, principalmente relacionadas ao gênero. Por isso convém ampliar as reflexões acerca dos conteúdos presentes nos livros didáticos, a fim de promover espaços de discussão que possam influenciar iniciativas para mudanças em seus conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro este artigo, apresentando, algumas questões gerais sobre o PNLD, ressaltando sua importância, seus objetivos, seus critérios de aquisição e conteúdo, com a intenção de explicitar o funcionamento da política pública educacional do livro didático. Compreender melhor a política em torno da questão dos livros didáticos ampliou meu olhar sobre esse programa, possibilitando dimensionar sua relevância, bem como visualizar o seu funcionamento. Em relação ao conteúdo dos livros didáticos, destaca-se a importância de considerar as influências que estes exercem no trabalho dos/as professores/as.

A compreensão crítica sobre a concepção eurocentrista e sobre a exclusão de alguns sujeitos dos livros didáticos pode contribuir para que os professores utilizem esse recurso didático de forma contextualizada e questionadora, inclusive problematizando tais características junto a seus alunos/as. Em relação a inclusão das mulheres e mudança nos materiais didáticos, estas surgem em decorrência das disputas, por meio de diversas ações, entre elas a ação dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos feministas. Talvez, a melhor expressão para que a história seja recontada é resgatar e vincular os grupos que estão à margem, pois precisamos contar e conhecer a história de todos.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. **O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011. http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/Livro-did%C3%A1tico-o-mercado_editorial_-e-os-sistemas-apostilados.pdf. Acesso em: 24 de mar. 2021.

FELIZARDO, Sara Menezes. **As mulheres na história dos livros didáticos de história de ensino fundamental II das escolas municipais de Cruz das Almas /BA**. Bahia: UNEB, 2018.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARQUES, Mara Rúbia A. **Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: subsídios para um debate teórico-metodológico**. Olhares feministas. Brasília: Coleção educação para todos, 2006.

RAMBALDI, Amália Kelly; PROBST, Melissa. **As mulheres representadas nos livros didáticos: história do Brasil**. Interfaces Científica – Educação – Aracaju – V.5 – p.123-134 – jun. 2017.

REZENDE, Suellen Peixoto de. **Mulheres nos livros didáticos de história: Mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

SILVA, Jessicka Dayane Ferreira da. **A narrativa da história escolar e a produção de sentidos: discursos sobre mulheres em livros didáticos.** Rio de Janeiro: PUC, 2017.